LÚCIA MIDORI KAJINO

**ASSÉDIO MORAL ESTRUTURAL NA CATEGORIA BANCÁRIA:
DA CARACTERIZAÇÃO ÀS CONSEQUÊNCIAS**

Tese de Mestrado

Orientador: Professor Associado Dr. Paulo Eduardo Vieira de Oliveira

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo-SP

2017

LÚCIA MIDORI KAJINO

**ASSÉDIO MORAL ESTRUTURAL NA CATEGORIA BANCÁRIA:
DA CARACTERIZAÇÃO ÀS CONSEQUÊNCIAS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção de título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito do Trabalho, sob a orientação do Professor Associado Dr. Paulo Eduardo Vieira de Oliveira.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo-SP

2017

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Kajino, Lucia Midori
Assédio moral estrutural na categoria bancária :
da caracterização às consequências / Lucia Midori
Kajino ; orientador Paulo Eduardo Vieira de Oliveira
-- São Paulo, 2017.
231

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
Direito do Trabalho e Seguridade Social) - Faculdade
de Direito, Universidade de São Paulo, 2017.

1. Direito do trabalho. 2. Assédio moral
estrutural. 3. Categoria bancária. I. Oliveira,
Paulo Eduardo Vieira de, orient. II. Título.

Nome: KAJINO, Lúcia Midori

Título: Assédio moral estrutura na categoria bancária: da caracterização às consequências

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo como exigência parcial para
obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Dedico essa dissertação aos meus falecidos avós, Tomica, Takashi, Tsuya e Masayuki,
por sempre me ensinarem o valor da cultura oriental.

Dedico aos meus pais,
que me ensinaram o valor da honra, da disciplina e da educação.

E por fim, dedico ao Lucas (Golpe),
que me ensinou – e ainda ensina – a importância do amor.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço imensamente ao apoio integral do Professor Paulo Eduardo Vieira de Oliveira, não somente pela coragem em me aceitar como sua orientanda, mas também pela imensa admiração que tenho em relação ao magistrado, ao professor e ao doutrinador que ele é ao cumprir uma missão de levar mais conhecimento a tantas pessoas, ainda mais em um ramo do Direito muito discriminado por outros profissionais.

Em segundo lugar, gostaria de expressar o quão gratificante é poder apresentar a presente dissertação a uma das melhores faculdades de Direito do país, de forma a honrar um pouco a esperança que meus pais depositaram na minha pessoa, compensando todas as dificuldades que tive em mudar para uma capital tão expressiva quanto São Paulo, sem nunca esquecer do meu amado interior paulista.

Eu ainda lembro quando conversava em um ônibus com o meu melhor amigo, Raphael Yukio (pH), em Bauru, dizendo que eu ia para Franca para cursar Direito na graduação da UNESP, mas ainda queria fazer uma pós-graduação na USP.

E alguns anos depois, como foi boa a alegria de saber que eu ingressara no Curso de Especialização em Direito do Trabalho na USP, com o professor Otávio Pinto e Silva e Homero Batista Mateus da Silva parabenizando-me. E dois anos depois, ingressar no mestrado da USP fechou um ciclo de sonhos acadêmicos.

E nenhum desses sonhos poderiam ser realizados sem o apoio integral dos meus pais, Wilson e Leica, nos meus sonhos e pequenas “loucuras” cotidianas. Hontou ni, kokoro ni arigatou né. Eu ainda vou dar um netinho ou uma netinha para vocês, esperem mais um pouco só, por favor.

Aos amigos de Bauru, pH, Hit, Dehia, com seus agregadxs, muito obrigada por me fazerem rir tanto, e por serem minha segunda família em São Paulo. Ph, obrigada por sempre ser meu amigo, meu irmão, e uma das pessoas que eu mais admiro. Você sempre me incentivou a ser uma pessoa melhor. Hit e Dehia, obrigada por sempre me ouvirem, por serem as pessoas que eu mais posso contar na vida e por se preocuparem comigo.

Às colegas da minha antiga república em Franca, em especial Joyce, Fer, Camila, Cintia e Deva, obrigada por me incentivarem, por serem minhas guias, além de serem as irmãs que nunca tive.

À UNESP, que me formou, que me deu a chance de poder ingressar em um curso de pós-graduação tão excelente e que será sempre a minha segunda casa.

Ao Cursinho da UNESP (SEU) e companheirxs da época, que me ajudaram a definir que a educação era o meu instrumento de luta, e que me deram a certeza de seguir meu sonho de fazer mestrado na USP.

Aos colegas de trabalho no Crivelli, em especial Fabinho, Mariana, Aimée, Amanda, Luizão, Antônio Carlos, Sheila, Rogéria, Daniela, Marcelo, Thiago, Paula, dentre tantos, obrigada pelos grandes ensinamentos e companhia. Foi no Sindicato dos Bancários de São Paulo que eu aprendi tanto e tive a certeza de ser uma advogada trabalhista, além de ser a grande inspiração para essa dissertação.

Aos colegas de trabalho no VPBG, em especial Renata, Maju, Fer, Luiz e Marcos, obrigada pela companhia, pelos ensinamentos, pelo convívio e pelo apoio com as minhas ideias nada convencionais.

Às colegas de trabalho no CSMV, Marcelinha, Fabi, Ariane, Isa e especial à Thereza, obrigada pela oportunidade, ainda mais pela compreensão nesse momento final da escrita.

Aos muitos amigos e amigas de aulas da pós-graduação, foi um prazer enorme compartilhar alguns momentos de sabedoria com vocês. André, obrigada pela companhia e por ter me aceitado no VPBG, onde pude entender o que é trabalho duro, dedicação e companheirismo ao seu lado.

Aos professores Paulo Eduardo Vieira de Oliveira, Jorge Luiz Souto Maior, Otávio Pinto e Silva, Homero Batista Mateus da Silva, Ronaldo Lima Santos e Flávio Roberto Batista, fica o registro da grande admiração que tenho por vocês, não só pelo fato de vocês abrirem portas para um aprofundamento científico melhor no Direito do Trabalho, mas também pelos grandes professores e boas pessoas que vocês demonstrarem ser nesses últimos anos.

À Defemde – Rede Feminista de Juristas – por ser esse grupo incrível de pessoas que entenderam esse momento final da dissertação e me apoiaram integralmente. Mari, Isa,

Ganza, Sofia, Carol, Manda, Bia, Yaya, Luiza, Luciana, Tainã, dentre tantxs, obrigada por me aceitarem nesse grupo tão maravilhoso. Seguiremos em luta!

Por último, mas não menos importante, agradeço ao meu companheiro de vida, Lucas (Golpe), por tudo: por existir, por entrar na minha, por ficar nela e ainda decidir seguir em frente comigo. Se eu tento, todos os dias, ser uma pessoa melhor, é para ser uma boa companheira para você. Obrigada por me apoiar integralmente nessa dissertação, seja em casa, seja com as tarefas do cotidiano, com o tempo “trancado” em casa, com a bagunça dos livros, com a minha enrolação. Te amo.

EPÍGRAFE

“Uma criança, um professor, um livro e uma caneta podem mudar o mundo.

Educação é solução. ”

Malala Yousafzai

RESUMO

KAJINO, Lúcia Midori. **Assédio moral estrutural na categoria bancária:** da caracterização às consequências. 2017. 232 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

O assédio moral estrutural na categoria bancária, com a gestão por pressão, gestão por estresse, ideologia corporativista e constante cobrança abusiva de metas inatingíveis, com o uso de uma estruturação diferenciada, tem exterminado a dignidade e a saúde dos bancários e bancárias no ambiente de trabalho, gerando doenças profissionais dos tipos musculoesqueléticas e mentais. As causas desse tipo de assédio, bem como as consequências que atingem a categoria bancária serão objetos deste estudo.

Palavras-chave: Assédio moral. Estrutural. Organizacional. Bancários. Doenças profissionais.

ABSTRACT

KAJINO, Lúcia Midori. **Structural mobbing in the banking category:** from characterization to consequences. 2017. 232 f. Dissertation (Master) –Law School, University of São Paulo, São Paulo, 2017.

The structural mobbing to the banking employees, with the management by pressure, management by stress, corporatist ideology and constant abusive collection of unattainable goals, using a differentiated structuring, has exterminated the dignity and health of bank employees at the work environment, causing occupational diseases of the musculoskeletal and mental types. The causes of this type of harassment, as well as the consequences that affects the banking employees will be objects of this study.

Word-key: Mobbing. Structural. Organizational. Bank employee. Occupational diseases.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. SAT para cada uma das CNAE de atividades bancárias e financeiras

Tabela 02. Ações Coletivas Banco do Brasil

Tabela 03. Lucros dos bancos em bilhões de reais (ago.2016)

Tabela 03. Criação Líquida de postos de trabalho (out.2016)

Tabela 05. Número de processos dos dez maiores litigantes - Bancos (2015)

Tabela 06. Número de processos dos bancos com mais de 100 processos em tramitação no TST (2015)

Tabela 07. Diagrama do tempo médio de tramitação processual (2015)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEPS	Anuário Estatístico da Previdência Social
AGIR	Ação Gerencial Itaú para Resultado
Art.	Artigo
BACEN	Banco Central do Brasil
BB	Banco do Brasil S.A.
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico
CAT	Comunicação de Acidente de Trabalho
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CC	Código Civil
CCP	Comissão de Conciliação Prévia
CCT	Convenção Coletiva de Trabalho
CCV	Comissão de Conciliação Voluntária
CEF	Caixa Econômica Federal
CETIP	Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos
CID	Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNAE	Cadastro Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CNPC	Conselho Nacional de Previdência Complementar
CNSP	Conselho Nacional de Seguros Privados
CONCLA	Classificação Nacional de Classificação
CONCLAT	Congresso Nacional da Classe Trabalhadora
CONTEC	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito
CONTRAF	Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro
Contraf-CUT	Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro da Central Única dos Trabalhadores
CP	Código Penal
CPC	Código de Processo Civil
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
CSJT	Conselho Superior da Justiça do Trabalho
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Des.	Desembargador
DSM	Diagnóstico dos Distúrbios Mentais
DSR	Descanso Semanal Remunerado
FAP	Fator Acidentário Previdenciário
FEBRABAN	Federação Brasileira dos Bancos
FENABAN	Federação Nacional dos Bancos
FETEC	Federação dos Bancários da CUT
FENACREFI	Federação Interestadual das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento

FUNDACENTRO	Fundação Jorge Duprat e Figueiredo
GT	Grupo de Tarefa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IAPB	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários
IMC	Índice de Massa Corpórea
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LER/DORT	Lesões por Esforços Repetitivos ou Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho
LME	Lesões Musculoesqueléticas
MP	Medida Provisória
MPS	Ministério da Previdência Social
MPT	Ministério Público do Trabalho
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NTEP	Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário
OMS	Organização Mundial de Saúde
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OJ	Orientação Jurisprudencial
PDV	Programa de Demissão Voluntária
p. ex.	por exemplo
PIA	Programas de Incentivo à Aposentadoria
PL	Projeto de Lei
PNS	Pesquisa Nacional de Saúde do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar

PSDT	Desordens de estresse pós-traumático
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Rel.	Relator
RH	Recursos Humanos
RN	Rio Grande do Norte
RPS	Regulamento da Previdência Social
SAT	Seguro Acidente de Trabalho
SDI	Seção de Dissídios Individuais
SEEB-SP	Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo, Osasco e Região
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SP	São Paulo
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
TEPT	transtornos do estresse pós-traumático
Trad.	Tradução ou Traduzido
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
TST	Tribunal Superior do Trabalho
UE	União Europeia
UNESP	Universidade Estadual de São Paulo
UNIFESP	Universidade Federal do Estado de São Paulo
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO 1 ASSÉDIO MORAL ESTRUTURAL NO AMBIENTE DE TRABALHO.....	20
1.1 CONCEITO DE ASSÉDIO MORAL.....	20
1.1.1 O conceito de assédio moral: doutrina e jurisprudência.....	22
1.1.2 Elementos fundamentais da caracterização.....	29
1.1.3 Assédio Moral na OIT.....	43
1.1.4 Assédio Moral na ordem jurídica nacional.....	46
1.1.5 Tipologia jurídica.....	51
1.2 ASSÉDIO MORAL ESTRUTURAL.....	55
1.2.1 Conceito básico	55
1.2.2 Especificidades em relação aos demais tipos de assédio.....	64
1.2.3 Consequências no ambiente de trabalho.....	66
CAPÍTULO 2 DOENÇA PROFISSIONAL OU DO TRABALHO.....	70
2.1 CONCEITO DE DOENÇA DO TRABALHO OU PROFISSIONAL.....	70
2.2 DOENÇAS MUSCULOESQUELÉTICAS.....	79
2.3 DOENÇAS MENTAIS.....	82
2.3.1 PTSD – desordens de estresse pós traumático.....	84
2.3.2 Síndrome de <i>burn-out</i>	85
2.3.3 Depressão.....	86
2.4 NEXO TÉCNICO EPIDEMIOLÓGICO PREVIDENCIÁRIO.....	90
2.5 DOENÇAS COM RELAÇÃO DIRETA COM BANCOS.....	94
CAPÍTULO 3 ASPECTOS GERAIS DO TRABALHO BANCÁRIO.....	101
3.1 CONCEITO DE EMPREGADO BANCÁRIO.....	101
3.1.1 Instituições financeiras e bancos.....	102
3.1.2 Empregado bancário e empregado financeiro.....	107

3.2 CONTRATO DE TRABALHO.....	108
3.3 JORNADA DE TRABALHO.....	109
3.3.1 Breve recorte histórico do movimento sindical bancário.....	110
3.3.2 Jornada de 6 horas.....	121
3.3.3 Hierarquização dos cargos.....	122
3.3.3.1 <i>Cargo de gestão</i>	125
3.3.3.2 <i>Cargo de confiança</i>	137
3.3.4 Pré contratação de horas extras.....	147
3.3.5 Divisor 150 e divisor 200.....	151
3.4 CARREIRAS E FUNÇÕES.....	158
3.5 ORGANIZAÇÃO SINDICAL.....	165

CAPÍTULO 4 ASSÉDIO MORAL ESTRUTURAL NO AMBIENTE

BANCÁRIO.....	167
4.1. ASPECTOS DO EMPREGO BANCÁRIO E ASSÉDIO MORAL ESTRUTURAL.....	167
4.1.1 Rotatividade do Mercado de Trabalho e <i>Turn Over</i>	171
4.1.1.1 <i>Planos de Demissão Voluntária</i>	172
4.1.1.2 <i>Contrato de luvas e cláusulas de retenção</i>	178
4.1.2 Jornada de Trabalho.....	182
4.1.2.1 <i>Gratificações de função e 7ª e 8ª horas</i>	183
4.1.3 Metas abusivas e Planos de bonificação.....	185
4.2 CONSEQUÊNCIAS GERAIS.....	189
4.2.1 Duração do contrato de trabalho.....	194
4.2.2 Quantidade de processos trabalhistas.....	196
4.2.2.1 <i>Comissão de Conciliação Prévia</i>	199
4.3. CONSEQUÊNCIAS À SAÚDE DO TRABALHADOR.....	201
4.3.1 Número de afastamentos previdenciários.....	206
4.4 INTERRELAÇÃO ENTRE O ASSÉDIO MORAL ESTRUTURAL NA CATEGORIA BANCÁRIA E AS DOENÇAS PROFISSIONAIS.....	209

CONCLUSÃO.....	212
-----------------------	------------

REFERÊNCIAS.....216

INTRODUÇÃO

Pela presente dissertação pretende-se demonstrar os estudos feitos para a análise do assédio moral estrutural na categoria bancária.

Referida escolha do tipo de assédio moral relaciona-se com o melhor enquadramento no objeto desta pesquisa: a atual estrutura bancária, com seu modo de gestão por pressão, gestão por estresse e constante cobrança abusiva de metas inatingíveis, tem exterminado a dignidade, saúde e coletividade dos bancários e bancárias no ambiente de trabalho.

Assim, pretende-se estudar tanto o que caracteriza referido tipo de assédio, quanto as consequências desse assédio moral estrutural no ambiente bancário, os instrumentos e as formas desse tipo assédio, o papel da ideologia corporativista nesse modo de gestão, com especial enfoque nas doenças profissionais dos tipos musculoesqueléticas e mentais que atingem a categoria.

Para se estudar esse novo fenômeno jurídico e suas consequências reais ao trabalhador bancário, além da lógica necessidade de entender o que é o assédio moral estrutural, bem como suas prováveis causas e consequências na classe bancária, é necessário fazer uma análise interdisciplinar entre o assédio moral e estudos sobre as doenças profissionais. Para tanto, a pesquisa será dividida nos seguintes momentos.

Será dada uma breve, mas suficiente conceituação do que seja o fenômeno do assédio moral no ambiente de trabalho, com principal enfoque na sua recente tipificação no tipo estrutural. Após, pretende-se fazer um pequeno estudo sobre a possibilidade ou não de tal fenômeno ocorrer na classe bancária, e o papel da ideologia corporativista para o surgimento de casos de doenças profissionais.

Igualmente pretende-se pesquisar também as consequências desse fenômeno, com enfoque na questão da saúde dos bancários. Para tanto, será exposta uma conceituação do que sejam as doenças profissionais, e quais atividades de risco estão envolvidas no setor bancário.

Em um terceiro momento, será analisada a possibilidade de relacionar o assédio moral estrutural a que os bancários são submetidos, ao número de afastamentos previdenciários e as típicas doenças dos bancários: as doenças musculoesqueléticas e as doenças mentais, por meio dos estudos sobre o nexo direto de causalidade.

Por outro lado, há a necessidade de se estudar e exemplificar como esse tipo de assédio transparece no ambiente bancário, com o estudo da jornada de trabalho bancário, do contrato de luvas ou cláusulas de retenção, da rotatividade do mercado de trabalho, dos programas de metas, como o AGIR, e programas de demissão voluntária, objeto principal do terceiro capítulo.

Por fim, será descrito, então, como os banqueiros já optaram, anos atrás, por um tipo de gestão inaceitável dentro dos limites trabalhistas do poder diretivo do empregador, o que ocasiona, por si só, o assédio moral estrutural que, contudo, fora as suas consequências nos direitos de personalidade dos bancários, vem causando inúmeras doenças profissionais na categoria bancária.

O estudo das matérias em questão será realizado eminentemente pelo método dedutivo e por meio de uma pesquisa exploratória, eis que a base será fundamentalmente bibliográfica, desenvolvendo-se a partir do estudo do tema e da interpretação das fontes doutrinárias (doutrinas e artigos científicos), jurisprudenciais, legislativas e literárias (matérias de revistas, jornais e publicações em sites da internet) a elas concernentes. Pretende-se fazer uma pesquisa sobre o tema do assédio moral estrutural e sobre o atual cenário do ambiente de trabalho bancário, por meio de agrupamento dos fragmentos dispersos na legislação positiva e nas decisões jurisprudenciais, fazendo assim, uma pesquisa qualitativa dos fenômenos acima narrados.

CONCLUSÃO

A relevância jurídica do tema está na força da categoria bancária, uma das mais tradicionais categorias profissionais no Brasil, sendo o setor bancário um dos que mais emprega no Brasil. Contudo, a categoria está adoecendo, e não se pode coadunar que um ramo econômico assedie sistematicamente seus empregados, a ponto de deixá-los doentes, sem a possibilidade de reversão à capacidade laborativa plena.

Isso porque a força da coletividade da categoria bancária está se perdendo, não somente pelo fato do início da queda da diferenciação entre velho e novo sindicalismo, mas também pelo adoecimento da classe bancária e isolamento crescente de cada um dos bancários em face do incentivo da gestão bancária por contínua competitividade interna em face de imposição de metas abusivas, aumentando o individualismo e a cegueira da categoria. O que evidencia a alienação da classe bancária, gerada justamente pelo assédio moral estrutural e a ideologia corporativista.

Ora, tentou-se, neste trabalho, explorar o conceito de assédio moral estrutural, identificar em quais práticas dos bancos públicos e privados tal tipo de assédio se materializa no ambiente de trabalho bancário, para tentar então estabelecer, ainda que não haja relação direta, um dos fatores dos afastamentos previdenciários nesse tipo de atividade econômica.

Para tanto, no primeiro capítulo, houve a procura de se conceituar (e não definir) o que é o assédio moral, essa série de atos comissivos ou omissivos voltados a denegrir o ambiente de trabalho.

Era necessário ao estudo da matéria que se compreendesse a realidade do ambiente de trabalho bancário. O primeiro caminho para tal entendimento foi a análise bibliográfica do que seja o assédio moral estrutural, com a análise do instituto do assédio, sua tipologia e requisitos básicos para caracterização, para finalizar com a diferenciação aos demais tipos de assédio. A finalidade de se explicar o conceito de assédio moral estrutural foi para diferenciá-lo do conceito fechado do assédio moral como ele vem sendo trabalhado nas jurisprudências nacionais, o que tem quase transformado o pedido de indenização por danos morais pelo assédio em produção de prova diabólica para o trabalhador.

Entende-se que não se trata de ter uma dissertação com adoção política de esquerda ou direita, mas sim de compreender que a ideologia corporativista gerou, gera e gerará danos profundos na classe trabalhadora se for considerada como mera ideologia, e não enquadrada como assédio organizacional.

No segundo capítulo, para fins de conclusão do objetivo da dissertação, definiu-se uma doença profissional ou doença do trabalho, analisadas as definições do INSS, definido o que é o NTEP e quais são as doenças mais comuns na classe bancária (as doenças mentais e musculoesqueléticas, pois há o NTEP com a atividade fim bancária).

Não se pretendia, nesse estudo, tão somente estudar o motivo do adoecimento da categoria bancária, eis que o foco do presente estudo é a definição e caracterização do assédio moral estrutural nessa parcela da classe trabalhadora. Por isso a base desse estudo foi o assédio moral estrutural no cotidiano bancário, tentando relacionar mais as perversas ocorrências do ambiente bancário a essa modalidade de assédio moral, para justamente obter uma tipificação mais adequada e tratamento jurídico mais objetivo da situação atual.

Dessa forma, no terceiro capítulo, traçou-se um cenário do ambiente bancário, indicando-se a definição de atividade bancária ou financeira, e os principais pontos específicos à categoria e no contrato de emprego bancário.

No mais, a atual conjuntura jurídica em que se encontra o assédio moral demanda mais estudos, eis que a investigação real do que sejam as causas deste fenômeno jurídico, com pesquisa empírica nas categorias profissionais, é de início recente e pouca bibliografia nacional. Por outro lado, seria ideal não se aplicar a legislação cível, bem como o pensamento cível, para matérias de cunho trabalhista, eis que em uma relação de trabalho não se trata de uma relação paritária.

Fora os danos pessoais a cada um dos bancários, e as doenças profissionais na classe bancária à parte, pretendeu-se demonstrar que o assédio moral que vem sendo sistematicamente aplicado à classe bancária, dizimando a dignidade da pessoa humana enquanto trabalhadores, sem justificativa plausível alguma (a não ser o capitalismo em si), cuja análise da caracterização e consequências era o objetivo deste trabalho. Diante desses novos institutos jurídico-trabalhistas, como é o caso do assédio moral estrutural, e do

impacto desses no ambiente de trabalho, provêm a importância deste tema e da necessidade não só do debate, mas também da solução jurídica a tal dissenso, fora da solução apenas em concreto.

Além do mais, era necessário entender se realmente há a tão famosa, nos corredores dos tribunais, “indústria do dano moral”, que traduz, sem uma análise macro da situação perniciosa que se instala no modo de gestão das empresas, ou pior, supondo que o modo de condução das empresas nacionais ou multinacionais é adequada para os padrões mínimos da dignidade da pessoa humana e do Direito do Trabalho, que os cidadãos brasileiros simplesmente entram com processos trabalhistas para requerer assédio morais infundados para tentar condenações judiciais com o objetivo do enriquecimento ilícito.

Tal “indústria do dano moral” realmente existe ou será a forma neoliberal do sistema alienante que assola os trabalhadores, dos sistemas de gestão possibilitados por tal sistema econômico, que propicia ambientes de trabalho cada vez mais assediadores e permissivos com esse tipo de ambientes de trabalho inaceitáveis e, com tal tipo de “re-engenharia”, arquitetar novas formas de exploração do trabalhador? Pelos estudos, a resposta foi negativa.

Assim, foi realizada uma revisão do instituto do assédio moral em sua recente tipificação como assédio moral estrutural, pelo que se pode refletir sobre a regra de distribuição do ônus da prova nestes casos, eis que se criou verdadeira obstrução do acesso à justiça da classe trabalhadora ao se coadunar com a necessidade de produção de prova diabólica para o (a) trabalhador(a) vítima de assédio moral em seu ambiente de trabalho.

Novamente, não se cuida de um mero posicionamento político (pois a neutralidade é uma das armas mais preciosa dos discursos), ou de valorização de uma única categoria profissional, mas questionar o modo de condução de negócios realizadas por um dos ramos empresariais que mais lucra no país, conforme demonstrado no capítulo terceiro.

Com o estudo de referidos dados, analisou-se a questão de uma forma objetiva: o conceito de assédio moral estrutural pode ser aplicado à maioria dos casos de assédio moral no ambiente bancário, e suas consequências podem ser tão nefastas a ponto de adoecer a classe bancária, pelo que o NTEP não pode ser ignorado nesse tipo de estudo.

Com o conceito de assédio moral estrutural se pretendeu-se instigar o pensamento nacional (principalmente do empresariado nacional), questionando se atitudes

no ambiente de trabalho são realmente “normais”, se a cobrança de metas é integrante do poder diretivo e nunca é abusiva. Igualmente se demonstrou como é grande o ranço cultural que se perpetuou em face da exploração do trabalhador. Basta observar o resultado de inúmeros julgados nacionais não caracterizando situações absurdas como não sendo casos de assédio moral. Ou pior: os inúmeros casos de doenças profissionais sem o nexo de causalidade diagnosticado, demonstrando que o preconceito sobre o tema não vem somente do empresariado nacional, ou de uma parte dos aplicadores do Direito, mas também da classe médica.

Isso porque o que umas das conclusões a que se chegou neste trabalho é que uma das causas das doenças profissionais que atingem os bancários (em sua esmagadora maioria doenças do tipo musculoesqueléticas e mentais) é o assédio moral que essa categoria profissional sofre.

Nesse sentido, pretendeu-se ser um dos estudos sobre o assédio moral estrutural, sua relação com a ideologia como falsa consciência e como instrumento de dominação de classe, e a completa omissão quanto a um estudo mais aprofundado da ocorrência deste no setor bancário.

Certas atitudes de gestores no ambiente bancário e sua caracterização como sendo assédio moral estrutural, bem como suas consequências foram os objetos principais deste trabalho que visa, fora as questões políticas e éticas a respeito do tema, fazer uma análise científica do fenômeno do assédio moral que os bancários vem sofrendo, com o intuito de questionamento do sistema, da ideologia corporativista e de divulgação para a categoria bancária para que tenham ciência do que vem acontecendo, através da explicitação jurídica e fática do assédio moral que vem sofrendo.

REFERÊNCIAS

ABREU, Emerson Toro de. Bullying, assédio moral e assédio sexual: diferenças entre os tipos: aplicabilidade do princípio da dignidade da pessoa humana. **Revista de Direito Educacional**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 41-49, jan./jun. 2011.

ALEMANY, CARME. Assédio sexual. p.25-30 In HIRATA, Helena [et al.] (orgs). **c feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

ALTHUSSER, Louis. **A favor de Marx**. 2ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. In: ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 105-142.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2010.

ARAÚJO, Adriane Reis de. **O assédio moral organizacional**. São Paulo: LTr, 2012.

_____. **Assédio moral organizacional**. Rev. TST, Brasília, vol. 73, n 2, abr/jun 2007.

AVELINO, Antonio Arraes Branco. Proteção jurídica à saúde mental dos trabalhadores: assédio moral. **Idéias legais**, Campo Grande, v. 1, n. 5, p. 17-48, set./out. 2005.

ÁVILA, Rosemari Pedrotti de. **As consequências do assédio moral no ambiente de trabalho**. São Paulo: LTr, 2009.

BALERA, Wagner; MUSSI, Cristiane Miziara. **Direito previdenciário**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2010.

BARROS, Alice Monteiro de. **Proteção à intimidade do empregado**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2009.

_____. Assédio moral. In: FERREIRA, Januário Justino (Coord.); PENIDO, Laís de Oliveira (Coord.). **Saúde mental no trabalho**: coletânea do Fórum de Saúde e Segurança no Trabalho do estado de Goiás. Goiânia: Cir Gráfica, 2013. p. 333-351.

BBC BRASIL. **Por que os bancos brasileiros lucram tanto?** Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150323_bancos_lucros_ru>. Acesso em 26.dez.2016.

BLACKBURN, Robin. **A queda do escravismo colonial**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

BRASIL. 81ª Vara do Trabalho de São Paulo. Juiz: Marcelo Donizeti Barbosa. São Paulo, 24 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.spbancarios.com.br/Uploads/Seu_Banco/11/Arquivos/senten%C3%A7a_53042.pdf>. Acesso em 10.dez.2016.

_____. Comissão de Valores Mobiliários. Portal do Investidor. **Entendendo o mercado de valores mobiliários**. Disponível em: <http://www.portaldoinvestidor.gov.br/menu/primeiros_passos/Entendendo_mercado_valores.html>. Acesso em 02.out.2016.

_____. Comissão de Valores Mobiliários. Portal do Investidor. **Estrutura do Sistema Financeiro Nacional – SFN**. Disponível em: <http://www.portaldoinvestidor.gov.br/menu/Investidor_Estrangeiro/o_mercado_de_valores_brasileiros/Estrutura_Funcionamento.html>. Acesso em 02.out.2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 02.abr.2015.

_____. **Decreto n. 6.042 de 12 de fevereiro de 2007**. Altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, disciplina a aplicação, acompanhamento e avaliação do Fator Acidentário de Prevenção - FAP e do Nexo Técnico Epidemiológico, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/D6042.htm>. Acesso em 26.nov.2016.

_____. **Decreto n. 62.150 de 19 de janeiro de 1968**. Promulga a Convenção nº 111 da OIT sobre discriminação em matéria de emprego e profissão. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D62150.htm>. Acesso em 08.jun.2014.

_____. **Decreto-lei n. 2.848 de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm#art216a>. Acesso em 08.jun.2014.

_____. Legislação Informatizada - **Decreto nº 23.322, de 3 de novembro de 1933** - Publicação Original. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23322-3-novembro-1933-558858-publicacaooriginal-80515-pe.html>>. Acesso em 02.out.2016.

_____. **Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964**. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4595.htm>. Acesso em 02.out.2016.

_____. **Lei 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em 02.abr.2014.

_____. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 25.nov.2016.

_____. **Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm>. Acesso em 22.jun.2016.

_____. **Lei 8.213, de 24 de julho de 1991.** Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8213cons.htm>. Acesso em 30.jun.2015.

_____. **Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em 02.abr.2014.

_____. **Lei 13.185 de 06 de novembro de 2015.** Institui o programa de combate à intimidação sistemática (bullying). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13185.htm>. Acesso em 19.nov.2016.

_____. Ministério da Saúde. **Doenças relacionadas ao trabalho:** manual de procedimentos para os serviços de saúde. Elizabeth Costa Dias (org.). Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001.

_____. Tribunal Regional do Trabalho. (1ª Região). Processo RO 00014086720115010008, Relatora: Volia Bomfim Cassar, 2ª Turma, Rio de Janeiro, 09 de julho de 2014. Data da publicação DORJ: 09.07.2014.

_____. Tribunal Regional do Trabalho. (1ª Região). Processo RO 0001918-57.2012.5.01.0263, Relator: Eduardo Henrique Raymundo Von Adamovich, 9ª Turma, Rio de Janeiro, 09 de junho de 2016. Data da publicação DORJ: 09.06.2016.

_____. Tribunal Regional do Trabalho. (2ª Região). Processo 00018864520115020203, Relatora: Silvane Aparecida Bernardes. 13ª Turma, São Paulo, 04 de dezembro de 2013. Data de Publicação: 04.12.2013. Disponível em: <<http://aplicacoes1.trtsp.jus.br/vdoc/TrtApp.action?getEmbeddedPdf=&id=938595>> . Acesso em 02.abr.2014

_____. Tribunal Regional do Trabalho. (2ª Região). Processo RO 0000424-79.2015.5.02.0052; Ac. 2016/0816348, Relatora: Ivani Contini Bramante, 4ª Turma. São Paulo, 28 de outubro de 2016. Data da publicação DJESP: 28.10.2016.

_____. Tribunal Regional do Trabalho. (2ª Região). Processo RO 0000630-76.2015.5.02.0090, Acórdão 2016/0444874, Relatora: Rilma Aparecida Hemetério, São Paulo, 01 de julho de 2016. Data da publicação DJESP: 01.07.2016.

_____. Tribunal Regional do Trabalho (2ª Região). Processo 0003277-20.2012.5.02.0035, Relator: Paulo Eduardo Vieira de Oliveira, 10ª Turma. São Paulo, 29 de outubro de 2013. Data de Publicação: DEJT 29.10.2013. Disponível em: <<http://aplicacoes1.trtsp.jus.br/vdoc/TrtApp.action?viewPdf=&id=789254>>. Acesso em 08.jun.2014

_____. Tribunal Regional do Trabalho. (2ª Região). Processo RO 0002495-80.2012.5.02.0045; Ac. 2016/0025707, Relator: Benedito Valentini, 12ª Turma. São Paulo, 19 de fevereiro de 2016. Data da publicação DJESP: 19.02.2016.

_____. Tribunal Regional do Trabalho. (3ª Região). Processo RO 0000081-79.2015.5.03.0109, Relatora: Rosemary de Oliveira Pires. Belo Horizonte, 08 de novembro de 2016. Data da publicação DJEMG: 08.11.2016.

_____. Tribunal Regional do Trabalho. (4ª Região). Processo RO 0001171-33.2013.5.04.0702, Relatora: Maria Madalena Telesca, 3ª Turma, Santa Catarina, 26 de outubro de 2016. Data da publicação DEJTRS: 26.10.2016, p. 166.

_____. Tribunal Regional do Trabalho. (6ª Região). Processo RO 0001906-12.2012.5.06.0002; Relator: Juiz Convocado Gilvanildo de Araújo Lima, 3ª Turma. Recife, 02 de maio de 2016. Data da publicação DOEPE: 02.05.2016.

_____. Tribunal Regional do Trabalho. (9ª Região). Processo RO 74-26.2013.5.09.0001, Relatora: Sueli Gil El Rafihi. Curitiba, 08 de novembro de 2013. Data da publicação DJe: 08.11.2013. p. 457.

_____. Tribunal Regional do Trabalho. (10ª Região). Processo RO 0000042-78.2016.5.10.0812, Relator: Juiz Gilberto Augusto Leitão Martins, 2ª Turma. Brasília, 07 de novembro de 2016. Data da publicação DEJTDF: 07.11.2016. p. 41.

_____. Tribunal Regional do Trabalho. (10ª Região). Processo RO 0000269-05.2014.5.10.0015, Relator: Mário Macedo Fernandes Caron, 2ª Turma. Brasília, 22 de maio de 2015. Data da publicação DEJTDF: 22/05/2015, p. 36.

_____. Tribunal Regional do Trabalho. (10ª Região). Processo 0001274-29.2013.5.10.0005– Relator: Juiz Convocado Denilson Bandeira Coelho. 3ª Turma. Brasília, 30 de janeiro de 2015. Publicado no DEJT aos 30.01.2015. Disponível em: <http://www.trt10.jus.br/servicos/consultasap/acordao.php?nProcTrt=06982&tipo_trt=RO&aProcTrt=2014&dt_julgamento_trt=30/01/2015&%20np=01274-2013-005-10-00-6&nj=DENILSON%20BANDEIRA%20COELHO&npvoto=396455&tp=RO>. Acesso em 10.dez.2016.

_____. Tribunal Regional do Trabalho. (13ª Região). Processo RO 0046400-81.2014.5.13.0006; Relator: Wolney de Macedo Cordeiro, 2ª Turma. Paraíba, 06 de fevereiro de 2015. Data da publicação DEJPB: 06.02.2015. p. 10.

_____. Tribunal Regional do Trabalho. (14ª Região). Processo RO 0000402-75.2016.5.14.0141; Relator: Carlos Augusto Gomes Lôbo, 2ª Turma. Porto Velho, 27 de outubro de 2016. Data da publicação DJERO: 27.10.2016. p. 1552.

_____. Tribunal Regional do Trabalho. (15ª Região). Processo RO 0000638-48.2012.5.15.0041, Relatora: Ana Maria de Vasconcelos, 5ª Câmara, 3ª Turma. Campinas, 04 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://trt-15.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/24590286/recurso-ordinario-ro-6384820125150041-sp-085394-2013-patr-trt-15>>. Acesso em 04.jun.2014.

_____. Tribunal Regional do Trabalho. (17ª Região). Processo RO 0138100-40.2013.5.17.0014, Relatora: Cláudia Cardoso de Souza, Vitória, 15 de abril de 2016. Data da publicação DOES: 15.04.2016, p. 526.

_____. Tribunal Regional do Trabalho. (18ª Região). Processo ROPS 0011578-91.2015.5.18.0103; Relator: Welington Luis Peixoto, 4ª Turma. Goiânia, 18 de outubro de 2016. Data da publicação DJEGO: 18.10.2016. p. 2887.

_____. Tribunal Superior do Trabalho Acórdão E-RR 0074300-17.1998.5.01.0044; Relator: Ministro Walmir Oliveira da Costa; Subseção I Especializada em Dissídios Individuais. Brasília, 04 de novembro de 2016. Data da publicação DEJT: 04.11.2016. p. 203.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. Notícias do TST. **Banco Safra terá que integrar parcela de “luvas” a remuneração de bancário.** Disponível em: <http://www.tst.jus.br/noticias/-/asset_publisher/89Dk/content/banco-safra-tera-que-integrar-parcela-de-%E2%80%9Ccluvas%E2%80%9D-a-remuneracao-de-bancario>. Acesso em 10.dez.2016.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. Notícias do TST. **TST define divisores 180 e 220 para cálculo das horas extras de bancários.** Disponível em: <http://www.tst.jus.br/noticias/-/asset_publisher/89Dk/content/tst-define-divisores-180-e-220-para-calculo-das-horas-extras-de-bancarios?redirect=http%3A%2F%2Fwww.tst.jus.br%2Fnoticias%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_89Dk%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-2%26p_p_col_count%3D2%26_101_INSTANCE_89Dk_advancedSearch%3Dfalse%26_101_INSTANCE_89Dk_keywords%3D%26_101_INSTANCE_89Dk_delta%3D10%26_101_INSTANCE_89Dk_cur%3D6%26_101_INSTANCE_89Dk_andOperator%3Dtrue>. Acesso em 10.dez.2016.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. Processo AIRR: 2031820115010003203-18.2011.5.01.0003, Relator: Mauricio Godinho Delgado, Brasília: 13 de novembro de 2013. Data de Julgamento: 13.11.2013, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 22/11/2013. Disponível em: <<https://aplicacao5.tst.jus.br/consultaProcessual/consultaTstNumUnica.do?consulta=Consultar&conscsjt=&numeroTst=203&digitoTst=18&anoTst=2011&orgaoTst=5&tribunalTst=01&varaTst=0003>>. Acesso em 02.abr.2014.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. Processo RR 0000331-40.2012.5.09.0016, Relator: Min. Vieira de Mello Filho, 7ª Turma, Brasília, 10 de junho de 2016. Data da publicação DEJT: 10.06.2016, p. 1725.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. Processo RR 1680001320095020051, Relator: Walmir Oliveira da Costa, 1ª Turma, Brasília, 18 de dezembro de 2015. Data da publicação DEJT: 18.12.15.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Processo RR 32004420125020024, Relator: Mauricio Godinho Delgado, 3ª Turma, Brasília, 18 de dezembro de 2015. Data da publicação DEJT: 18.12.15.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. Processo TST AIRR-5440-40.2006.5.02.0016. Relator: Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Brasília. Data de Julgamento: 16/02/2011, 8ª Turma, Data de Publicação: DOE 01/04/2011. Disponível em: <<http://aplicacao5.tst.jus.br/consultaunificada2/inteiroTeor.do?action=printInteiroTeor&highlight=true&numeroFormatado=AIRR%20-%205440-40.2006.5.02.0016&base=acordao&numProcInt=105758&anoProcInt=2010&dataPublicacao=18/02/2011%2007:00:00&query=>>>. Acesso em 26.dez.2016

_____. Tribunal Superior do Trabalho. Processo TST-RR-10300-27.2009.5.23.0006. Relator: Alexandre Agra Belmonte, Brasília. Data de Julgamento: 18/03/2015, 3ª Turma, Brasília: 18 de dezembro de 2015. Data de Publicação: DEJT 18.12.2015. Disponível em: <<http://aplicacao5.tst.jus.br/consultaDocumento/acordao.do?anoProcInt=2010&numProcInt=25996&dtaPublicacaoStr=18/12/2015%2007:00:00&nia=6573693>>. Acesso em 10.dez.2016.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. **Súmulas da jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho**. Disponível em: <http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_51_100.html#SUM-55>. Acesso em 14.jul.2016.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. **Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho**. Disponível em: <http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_301_350.html#SUM-331>. Acesso em 08.jan.2014.

BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo; ROCHA, Sarah Hora. O assédio moral laboral no setor da saúde. In: Bussinguer, Elda Coelho de Azevedo (Org.). Princípios constitucionais e direito à vida: uma experiência integrativa de ensino e pesquisa. Curitiba: CRV, 2014. p. 125-134.

CALVO, Adriana. O assédio moral organizacional e a dignidade da pessoa humana: estudo do assédio moral organizacional sob a ótica dos direitos fundamentais. **Jornal Trabalhista Consulex**, Brasília, v. 27, n. 1330, p. 4-8, jun. 2010.

_____. **O direito fundamental à saúde mental no ambiente de trabalho**: o combate ao assédio moral institucional: visão dos tribunais trabalhistas. São Paulo: LTr, 2014.

CANDIDO, Helena. **Assédio moral**: acidente laboral. São Paulo: LTr, 2011.

CASAS PLANES, María Dolores. La responsabilidad civil del empresario derivada de accidentes laborales: en especial por acoso moral o mobbing (novedades de la ley 36/2011, de 10 de octubre, reguladora de la jurisdicción social). 1. ed. Cizur Menor (Navarra): Civitas, 2013.

CAVALCANTE, Rafael Ferraresi Holanda. Banalização do assédio moral no ambiente de trabalho: a visão da empresa. **Jornal Trabalhista Consulex**, Brasília, v. 24, n. 1.170, p. 7-8, maio. 2007.

CERQUEIRA, Vinicius da Silva. **Assédio moral organizacional nos bancos**. São Paulo: LTr, 2015.

CHAPPELL, D.; DI MARTINO, V. **Violence at work**. Third edition. Geneva: International Labour Office, 2006.

CONSELHO NACIONAL DA JUSTIÇA. **Justiça em números 2016**: ano-base 2015. Brasília: CNJ, 2016.

CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO. Notícias. **Justiça do Trabalho publica listas com maiores litigantes no país**. Disponível em: <http://www.csjt.jus.br/noticiadestaque/-/asset_publisher/6Mvh/content/justica-do-trabalho-publica-listas-com-maiores-litigantes-no-pais?redirect=%2Finicio%2F-%2Fasset_publisher%2Fh7PL%2Fcontent%2Fcoleprecor-elege-comissoes-para-atuarem-no-csjt%3Fredirect%3D%2F>. Acesso em 26.dez.2016.

CONTRAF-CUT– Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro. Notícias. **Itaú Unibanco usa helicóptero para "furar" greve dos bancários em São Paulo**. Disponível em <<http://www.contrafcut.org.br/noticias.asp?CodNoticia=23838>>. Acesso em 16.jun.2015

_____. Notícias. **Cálculo do FAP mudará em 2016**. Disponível em <<http://www.contrafcut.org.br/noticias/calculo-do-fap-mudara-em-2016-74ed>>. Acesso em 10.dez.2016.

_____. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.contrafcut.org.br/pagina/quem-somos>>. Acesso em 11.jul.2016.

CUNHA, Sandra. **Assédio moral pode causar acidentes no trabalho**: mais do que uma questão trabalhista, assédio moral além de interferir na saúde do trabalhador, pode ser responsável pela incidência de acidentes no ambiente de trabalho. **CIPA**: caderno informativo de prevenção de acidentes, São Paulo, v. 28, n. 331, p. 58-74, jun. 2007.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Histórico**. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/conteudo/historico/>>. Acesso em 02.out.2016.

DATASUS – Departamento de Informática do SUS. **F30-F39 Transtornos do humor [afetivos]**. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/f30_f39.htm> Acesso em 10.dez.2016.

_____. **F40-F48 Transtornos neuróticos, transtornos relacionados com o “stress” e transtornos somatoformes**. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/f40_f48.htm> Acesso em 10.dez.2016.

_____. **G50-G59 Transtornos dos nervos, das raízes e dos plexos nervos**. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/g50_g59.htm> Acesso em 10.dez.2016.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 7 ed. São Paulo: LTr, 2008.

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (DLP). Disponível em:
<<https://www.priberam.pt/DLPO>>. Acesso em 22.jun.2016.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.
Desempenho dos Bancos 2014. Disponível em:
<<http://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2015/desempenhoBancos2014.pdf>>.
Acesso em 01.jun.2015.

_____. **Quem Somos.** Disponível em:
<<http://www.dieese.org.br/materialinstitucional/quemSomos.html>>. Acesso em
02.out.2016.

EMERICK, Paula Cristina Hott. **Metas - estratégia empresarial de busca agressiva por resultados: incentivo ou constrangimento?**. São Paulo: LTr, 2009.

ENGELS, Friedrich. **Carta a Franz Mehring.** [Disponível online em
<https://www.marxists.org/portugues/marx/1893/07/14.htm>]. Acesso em 04/03/2015.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E DAS
EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS.
Roberto Dumke. **Bancos, varejo e telefonia lideram em número de processos
trabalhistas.** Disponível em: <<http://fenacon.org.br/noticias/bancos-varejo-e-telefonia-lideramem-numero-de-processos-trabalhistas-532/>>. Acesso em 26.dez.2016.

FERNANDES FILHO, Frederico E. **Downsizing, straining e burnout** – três ingleses que
andam juntos. Disponível em:
<<http://www.administradores.com.br/artigos/carreira/downsizing-straining-e-burnout/76411/>>. Acesso em 07.maio.2014.

FERRARI, Irany; MARTINS, Melchíades Rodrigues. Dano moral e assédio moral. In:
_____. **Dano moral: múltiplos aspectos nas relações de trabalho.** 4. ed. São Paulo: LTr,
2011.

FERREIRA, Artur da Silva. O assédio moral na justiça do trabalho. **Justiça do Trabalho**,
Porto Alegre, v. 28, n. 329, p. 86-102, maio, 2011.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 34 ed. São Paulo: Companhia das
Letras, 2007.

GARCIA, Ivonete Steinbach; TOLFO, Suzana da Rosa. **Assédio moral no trabalho:** uma
responsabilidade coletiva. In *Psicologia & Sociedade*, 23(11),2011. p. 190-192.

GIRALDI, Renata. **OMS: doenças mentais e neurológicas atingem cerca de 700 milhões
de pessoas, alerta OMS.** Disponível em: <
<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-05-20/oms-doencas-mentais-e-neurolgicas-atingem-cerca-de-700-milhoes-de-pessoas-alerta-oms>>. Acesso em
04.jun.2014.

GUEDES, Márcia Novaes. **Terror psicológico no trabalho.** 2 ed. São Paulo: LTr, 2005. 1

HARDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria, nem patrão**: vida operária e cultura anarquista no Brasil. 3 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

HASSON, Roland. Proteção dos direitos da personalidade: assédio moral. **Revista LTr**: legislação do trabalho, São Paulo, v. 72, n. 11, p. 1355-1358, nov. 2008.

HELOANI, Roberto. **Gestão e organização no capitalismo globalizado**. História da manipulação psicológica no mundo do trabalho. São Paulo: Atlas, 2003.

HIRIGOYEN, Marie-France. **Mal-estar no trabalho**: redefinindo o assédio moral. Tradução Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HIRSCH, Fernando José. Assédio moral e precarização dos laços sociais no ambiente de trabalho bancário. In: _____. **Globalização e a precarização do trabalho**: leitura através da categoria profissional dos bancários. São Paulo: LTr, 2011. p. 92-103. il., gráfs.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **CONCLA – Comissão Nacional de Classificação**. Disponível em:
<<http://cnae.ibge.gov.br/?view=subclasse&tipo=cnae&versao=9&subclasse=6421200>>
Acesso em 10.dez.2016.

_____. **CONCLA – Comissão Nacional de Classificação**. Disponível em:
<<http://concla.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html?subclasse=6422100&tipo=cnae&versao=9&view=subclasse>> Acesso em 10.dez.2016.

_____. **Síntese dos indicadores 2011**. Disponível em:
<ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/2011/Sintese_Indicadores/comentarios2011.pdf> Acesso em 03.agosto.2013.

_____. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse.pdf>>. Acesso em 02.abr.2014..

_____. **Síntese dos indicadores 2012**. Disponível em:
<ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/2012/Sintese_Indicadores/sintese_pnad2012.pdf>. Acesso em 02.abr.2014

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 16 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2011.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **A prevenção das doenças profissionais**. Edição: Abril 2013. ISBN: 978-989-8076-84-7 (web pdf). Tradução: Traducta. Revisão técnica: Manuel M. Roxo (ACT). Disponível em:
<http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/safeday2013_relatorio.pdf>. Acesso em 10.mai.2014

JAKUTIS, Paulo. **Manual de estudo da discriminação no trabalho**: estudos sobre discriminação, assédio sexual, assédio moral e ações afirmativas, por meio de comparações entre o direito do Brasil e dos Estados Unidos. São Paulo: LTr, 2006.

KASSAB, Alvaro. **O novo mundo do trabalho**. O trabalho no novo mundo. In: *Jornal da Unicamp*, edição 364, 9 a 15 de abril de 2007.

LECLERC, Chantal. **Intervir contra o assédio no trabalho**: cuidar e reprimir não basta. Disponível em < http://issuu.com/agoncalves/docs/chantal_port>. Acesso em 04.ago.2013.

LEYMAN, Heinz. **Why Does Mobbing Take Place?** In: *The mobbing encyclopaedia: Bullying; whistleblowing: the definition of mobbing at workplaces*. Disponível em <<http://www.leymann.se/English/frame.html>>. Acesso em 03.ago.2013.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 20 ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **Manifesto Comunista**. Trad. Osvaldo Goggiola. São Paulo: Boitempo, 1998.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro**. 1 ed. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MENDES, Ana Magnólia; SIQUEIRA, Marcos Vinícius. Avaliação de desempenho e assédio moral. In: SOBOLL, Lis Andrea; Deise Luiza da Silva Ferraz (Org.). **Gestão de pessoas**: armadilhas da organização do trabalho. São Paulo: Atlas, 2014.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **A teoria da alienação em Marx**. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Estrutura social e formas de consciência**. Trad. Luciana Pudenzi, Francisco Raul Cornejo e Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2009.

MINARDI, Fabio Freitas. Violência psíquica no ambiente laboral: efeitos sobre a saúde mental do empregado e a necessária prevenção. In: _____. **Meio ambiente do trabalho**: proteção jurídica à saúde mental. Curitiba: Juruá, 2010. cap. 3, p. 131-192.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. **Assédio moral em estabelecimentos bancários**. MPT. Coordigualdade. 2013. Disponível em: <http://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal_mpt/71eb9c35-6b25-4340-81ac-9fe9d6fbbc1b/cartilha_assedio_moral_web.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT_TO=url&CACHEID=71eb9c35-6b25-4340-81ac-9fe9d6fbbc1b>. Acesso em 03.nov.2016.

MOREIRA, Heli Gonçalves. Pressão por resultados e o assédio moral coletivo. **Jornal Trabalhista Consulex**, Brasília, v. 31, n. 1544, p. 15, set. 2014.

MORREL, S. et al. **Um estudo de corte de desemprego como causa de distúrbios psicológicos da juventude australiana**. Resenha de NEVES, M. Y. R. J. Bras. Psiq., v. 45, n. 8, p. 505-510, 1996.

MUÇOUCAH, Renato de Almeida Oliveira. **Assédio moral coletivo nas relações de trabalho: uma análise sob a perspectiva dos direitos humanos fundamentais dos trabalhadores**. 2009. Dissertação – Universidade de São Paulo (USP). Faculdade de Direito São Paulo.

_____. **Assédio moral coletivo nas relações de trabalho**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2014. 243 p.

NASCIMENTO, Sônia Aparecida Costa Mascaro. A vedação de práticas discriminatórias no ordenamento jurídico brasileiro. **Revista do Advogado**, São Paulo, v. 25, n. 82, p. 120-126, jun. 2005.

_____. **As ações da OIT para inibir o assédio moral**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2009-mai-28/acoes-oit-inibir-assedio-moral-coletivo-trabalho>>. Acesso em 07.jun.2014.

_____. **Assédio moral**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. Assédio moral no ambiente de trabalho. **Revista Ltr**, São Paulo, v. 68, n. 08, p. 922.

_____. O assédio moral no ambiente do trabalho. **Jus Navigandi**: Teresina, ano 9, n. 371, 13.jul.2004. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/5433>>. Acesso em 4 ago. 2013.

O ESTADO DE SÃO PAULO. João Villaverde. Notícia de 15.maio.2014. **Brasileiro fica mais tempo no emprego**. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasileiro-fica-mais-tempo-no-emprego,185058e>>. Acesso em 26.dez.2016.

OLIVEIRA, Paulo Eduardo Vieira de. **Assédio moral no trabalho: caracterização e consequências**. São Paulo: LTr, 2013.

_____. **O dano pessoal no direito do trabalho**. 2 ed. São Paulo: LTr, 2010.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. **Indenizações por acidente do trabalho ou doença profissional**. 7 ed. São Paulo: LTr, 2013.

_____. **Proteção jurídica à saúde do trabalhador**. 4 ed. São Paulo: LTr, 2002.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 155**. Dispõe sobre a segurança e a saúde dos trabalhadores. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/node/504>>. Acesso em 22.jun.2016.

_____. **Convenção n. 183.** Dispõe sobre a organização internacional do trabalho, relativo à revisão da convenção (revista) sobre a proteção da maternidade. 1952. Disponível em: <http://direitoshumanos.gddc.pt/3_4/IIIPAG3_4_4_A.htm>. Acesso em 10.jun.2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10:** descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Tradução Dorgival Caetano. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

_____. **Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO) de 1946.** Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswwho.html>>. Acesso em 22.jun.2016.

ORGE, Manoel; Silva Neto. Assédio moral, saúde mental do trabalhador e atuação do Ministério Público do Trabalho. FERREIRA, Januário Justino (Coord.); PENIDO, Laís de Oliveira (Coord.). **Saúde mental no trabalho:** coletânea do Fórum de Saúde e Segurança no Trabalho do estado de Goiás. Goiânia: Cir Gráfica, 2013, p. 353-367.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo; WYZYKOWSKI, Adriana; BARROS, Renato da Costa Lino de Goes. **Assédio moral laboral e direitos fundamentais.** 2 ed. São Paulo: LTr, 2016.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Noções conceituais sobre o assédio moral na relação de emprego**”. In Revista LTr, São Paulo, v. 70, n.09, set. 2006.

_____. **Noções conceituais sobre o assédio moral na relação de emprego.** Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/8838/nocoas-conceituais-sobre-o-assedio-moral-na-relacao-de-emprego>>. Acesso em 18.jun.16.

PEGO, Rafael Foresti. **Assédio moral e o dever de tolerância.** In: BARBOSA, Magno Luiz; BRITO, Cristiano Gomes (Org.). Temas contemporâneos de direito empresarial do trabalho. São Paulo: LTr, 2015. p. 91- 97

PLÁ RODRIGUEZ, Américo. **Princípios de direito do trabalho.** Tradução de Wagner D. Giglio. São Paulo: LTr, 1978.

POHLMANN, Juan Carlos Zurita. **Assédio moral organizacional:** identificação e tutela preventiva. São Paulo: LTr, 2014

PORTAL G1. **Banco do Brasil anuncia fechamento de agências e plano de aposentadoria.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/11/banco-do-brasil-anuncia-fechamento-de-agencias-e-plano-de-aposentadoria.html>>. Acesso em 10.dez.2016.

_____. **Lucro dos bancos volta a crescer após três trimestres de queda.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2016/08/lucro-dos-bancos-volta-crescer-apos-tres-trimestres-de-queda.html>>. Acesso em 26.dez.2016.

PORTO ALEGRE. **Lei complementar n. 735 de 30 de janeiro de 2014**. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000033882.DOCN.&l=20&u=%2Fnethtml%2Fsirel%2Fsimples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>>. Acesso em 08.jun.2014.

PORTUGAL. Ministério da Saúde. Direcção-Geral da Saúde. Direcção de Serviços de Cuidados de Saúde. **Guia de orientação para prevenção das lesões musculoesqueléticas e relacionadas com o trabalho**: programa nacional contra as doenças reumáticas. Lisboa: DGS, 2008. - XXVIII p. Disponível em: <<http://www.portaldasaude.pt/NR/rdonlyres/A0E84C50-754C-4F85-9DA5-97084428954E/0/lesoesmusculoesqueleticas.pdf>>. Acesso em 30.jun.2015.

REPORTER BRASIL. **Assédio moral e metas abusivas ameaçam saúde de bancários**. Lisa Carstensen. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2014/01/assedio-moral-e-metas-abusivas-ameacam-saude-de-bancarios/>>. Acesso em 26.dez.2016.

RODRIGUES, Suzineide. (Coord.). **Assédio moral na categoria bancária**: uma experiência no Brasil. Recife: Sindbancariospe, 2005.

SABOYA, Amanda de Sousa de. Mobbing organizacional: uma nova forma de assédio moral? **Revista Jurídica da FA7**, Fortaleza, v. 5, n. 1, p. 243-254, abr. 2008.

SALOMÃO FILHO, Calixto; FERRÃO, Brisa Lopes de Mello; e RIBEIRO, Ivan César. **Concentração, estruturas e desigualdade**. As origens coloniais da pobreza e da má distribuição de renda. São Paulo: Icid, 2008.

SALOMÃO FILHO, Calixto. **Novo estruturalismo jurídico**: uma alternativa para o direito? In Revista dos Tribunais (edição comemorativa de 100 anos), ano 101, vol. 926, dez.2012.

SANTOS, Enoque Ribeiro dos. **O dano moral nas relações de trabalho**. Franca: [s.n.], 1997.

SANTOS, Marcelo Augusto Finazzi. **Patologia da solidão**: o suicídio de bancários no contexto da nova organização do trabalho. Dissertação de mestrado em Administração. Universidade de Brasília: Brasília, jun.2009.

SANTOS, Ronaldo Lima dos. **Pluralismo jurídico no Direito do Trabalho** – a autonomia privada coletiva como instrumento de efetivação dos interesses transindividuais. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2005.

SÃO PAULO. Lei n. 12.250 de 9 de fevereiro de 2006. Veda o assédio moral no âmbito da administração pública estadual direta, indireta e fundações públicas. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2006/lei-12250-09.02.2006.html>>. Acesso em 08.jun.2014.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 8. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

_____. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 9 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

SCHIAVI, Mauro. **Manual de direito processual do trabalho**. 6 ed. São Paulo: LTr, 2013.

SILVA, Homero Batista Mateus da. **Direito do trabalho aplicado**, vol 3: segurança e medicina do, trabalho da mulher e do menor. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

SILVA, Watson Pacheco. **Assédio moral nas empresas de telemarketing**. Correio braziliense, n. 18935, 30/03/ 2015. Direito & justiça, p. 2.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA. Rosane Alves. Notícias. **Sindicato e Itaú discutem proposta de renovação da CCV**. Disponível em: <<http://www.bancariosdf.com.br/site/index.php/outros-assuntos-2015/sindicato-e-itaui-discutem-proposta-de-renovacao-da-ccv>>. Acesso em 26.dez.2016.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CURITIBA E REGIÃO. Notícias. **INSS: número real de bancários doentes está defasado**. Disponível em: <<http://www.bancariosdecuritiba.org.br/noticias-interna/5/geral/24636/inss-numero-real-de-bancarios-doentes-esta-defasado>>. Acesso em 10.dez.2016.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DE SÃO PAULO, OSASCO E REGIÃO – CUT. **Convenção Coletiva de Trabalho 2015/2016**. Disponível em: <http://www.spbancarios.com.br/Uploads/PDFS/1007_CCT_2015_2016.pdf>. Acesso em 26.dez.2016.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DE SÃO PAULO, OSASCO E REGIÃO – CUT. **História**. Disponível em: <<http://www.spbancarios.com.br/Pagina.aspx?id=173>>. Acesso em 02.out.2016.

_____. Itaunido. **Jornal dos empregados do Itaú Unibanco**. Maio.2012. Disponível em <http://www.spbancarios.com.br/uploads/seu_banco/22/arquivos/itaunido_maio.pdf>. Acesso em 16.jun.2015.

_____. Notícias. **Assédio moral em debate com Fenaban**. Disponível em: <<http://www.spbancarios.com.br/Noticias.aspx?id=16732>>. Acesso em 10.dez.2016.

_____. Notícias. **Bradesco é condenado por exigir meta abusiva**. Disponível em: <<http://www.spbancarios.com.br/Noticias.aspx?id=12102>>. Acesso em 26.dez.2016.

_____. Notícias. **Com muita luta, bancários conquistaram melhorias**. Disponível em: <<http://www1.spbancarios.com.br/ImprimirNoticia.asp?c=118>>. Acesso em 02.out.2016.

_____. Notícias. **Direção do BB tem de se explicar sobre desmonte**. Disponível em: <<http://www.spbancarios.com.br/Noticias.aspx?id=16941>>. Acesso em 26.dez.2016.

_____. Notícias. **Governo Temer destrói papel principal do FAP**. Disponível em: <<http://www.spbancarios.com.br/Noticias.aspx?id=16640>>. Acesso em 10.dez.2016.

_____. Notícias. **Trabalhadores tentam evitar retrocesso no FAP**. Disponível em: <<http://www.spbancarios.com.br/Noticias.aspx?id=16621>>. Acesso em 10.dez.2016.

_____. Seus Direitos. **Comissão de Conciliação Voluntária – CCV**. Disponível em: <<http://www1.spbancarios.com.br/texto.asp?c=337>>. Acesso em 26.dez.2016.

SZNELWAR, Laerte Idal (org). **Saúde dos bancários**. 1 ed. São Paulo: Editora Gráfica Atitude Ltda, 2011.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **Curso de direito do trabalho: teoria geral do direito do trabalho**. Vol. I. São Paulo: Ltr, 2011.

STEFANELLI, Carolina Block. Considerações sobre assédio moral como fator desencadeador para a Síndrome de Burnout no âmbito das relações de trabalho. **Ciência jurídica do trabalho**, v. 17, n. 104, p. 65- 90, mar./abr. 2014.

STEINMETZ, Wilson. **A vinculação dos particulares a direitos fundamentais**. São Paulo: Malheiros, 2004.

TADEU, Sidney Alves. O assédio na relação laboral: dificuldade da prova. **Doutrina Gazeta Juris**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 48-50, 1. quin. fev. 2006.

THOME, Candy Florencio. **O assédio moral nas relações de emprego**. 2 ed. São Paulo: LTr, 2009.

TÔRRES, Dixon. Assédio moral no trabalho: aspecto legal e psicológico frente à globalização. **Jornal Trabalhista Consulex**, Brasília, v. 25, n. 1.209, p. 8, fev. 2008.

UNIÃO EUROPEIA. **Directiva 2000/78/CE do Conselho de 27 de novembro de 2000**. Jornal Oficial das Comunidades Europeias. Disponível em: <http://www.acidi.gov.pt/index.php/_cf/5431>. Acesso em 07.jun.2014.

VEIGA, Aloysio Corrêa da. **Jornada especial dos bancários**. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/13256/001_veiga.pdf?sequence=5>. Acesso em 02.out.2016.

VIEIRA, Carlos Eduardo Carrusca. **Assédio, do moral ao psicossocial: desvendando os enigmas da organização do trabalho**. Curitiba: Juruá, 2008.

VIEIRA, Fernando Borges. Cautelas do empregador quanto ao assédio moral organizacional. **Jornal trabalhista consulex**, v. 31, n. 1556, p. 12, nov. 2014.

ZANETTI, Fátima. **A problemática da fixação do valor da reparação por dano moral**. São Paulo: LTr, 2009. In GHISLENI FILHO, João; PACHECO, Flavia Lorena; VARGAS, Luiz Alberto de; FRAGA, Ricardo Carvalho. Valor adequado nas ações de indenização por dano moral. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?artigo_id=9196&n_link=revista_artigos_leitura>. Acesso em 26.mai.2014.

ŽIŽEK, Slavoj. **Primeiro como tragédia**, depois como farsa. Trad. Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2011.